

Inclusão de pessoas com deficiência no contexto da agenda 2030 da ONU: uma análise das publicações brasileiras

Valéria Bezerra da Silva¹
Tayara Chrystine Fabrício da Silva²
José Luan de Lima Silva³
Rafael Silva Fonseca⁴
Ernani Nunes Ribeiro⁵

RESUMO

Durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2015, foi concebida a Agenda 2030 da ONU, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável em escala global estabelecendo conexões entre as dimensões social, econômica e ambiental. Dentro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o objetivo 4, voltado à promoção da educação de qualidade, inclui a meta 4.5, que visa assegurar, até o ano de 2030, a igualdade de acesso de todos, inclusive das pessoas com deficiência, à educação inclusiva, de qualidade e equitativa. Nesse contexto, torna-se imprescindível uma revisão da estrutura educacional brasileira na superação do paradigma da inclusão excludente o qual tende a reforçar e perpetuar a marginalização de pessoas com deficiência. A partir desse cenário, o presente trabalho tem por objetivo investigar o panorama das publicações brasileiras relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência, em consonância com os princípios e objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Para isso, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) nas plataformas Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações, utilizando palavras-chaves, adotando critérios de inclusão e exclusão, no período de 2015 a 2023. Os resultados obtidos pela RSL apontam para uma carência de estudos que abordem a temática da inclusão de pessoas com deficiência. Dos poucos estudos identificados, muitos tratam superficialmente da questão, especialmente no que diz respeito aos objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Tal cenário pode acarretar em obstáculos para o alcance das metas propostas para o ano de 2030, conforme delineadas pela referida agenda internacional.

Palavras-chave: Agenda da ONU, Desenvolvimento sustentável, Educação inclusiva, Educação de qualidade, Inclusão excludente

Introdução

Baseado nas necessidades mundial a Organização das Nações Unidas (ONU) criou no ano de 2015, uma agenda para 2030 onde o plano é uma ação que abrange todos os países de forma global, esse planejamento apresenta a proposta de ser “um plano de ação voltado para

¹ Mestrando do Curso de **Educação** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 87valeria.bezerra@email.com;

² Mestrando do Curso de **Educação** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, tayara.fabricio@ufpe.br;

³ Graduando do Curso de **Licenciatura em Educação Física** da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, jose.luan@ufpe.br;

⁴ Graduando pelo Curso de **Licenciatura em Ciências Biológicas** da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, rafael.silvafonseca@ufpe.br;

⁵ Professor orientador: Professor Doutor da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória – CAV - UFPE, ernani.ribeiro@ufpe.br

as pessoas e para o planeta promovendo a prosperidade da nação” (ONU, 2015, p. 1). Dessa forma são apresentados dezessete objetivos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados pela organização essenciais para a melhoria da qualidade de vida, que interconectam as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento. Os objetivos da agenda especificam 169 metas universais, onde sua evolução é verificada por 232 indicadores globais. Para os objetivos serem atendidos é necessário um planejamento de longo prazo, sendo essencial um plano contínuo, para que as metas e objetivos da agente não seja desfeito com o passar dos anos. “Pois os mesmos devem ser atendidos até o ano de 2030”. (ONU, 2018; ONU, 2015).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) a busca pela perspectiva da melhoria de vida das pessoas dessa e da geração futura o desenvolvimento sustentável é apresentado como fundamental para o progresso humano, uma vez que busca equilibrar as necessidades presentes com a preservação dos recursos disponíveis na natureza e promove condições necessárias para o bem-estar de uma sociedade. Entre esses objetivos estabelecidos pela Agenda 2030, temos a ODS 4, que almeja promover a educação de qualidade, destacando-se por incluir a meta 4.5, que pretende assegurar, até 2030, a igualdade de acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa para todos, inclusive para pessoas com deficiência (ONU, 2015).

Segundo a (Unesco, 2005) a proposta da ODS 4 requer uma revisão da política educacional, visando redirecionar a educação desde a primeira infância até o ensino superior e a aprendizagem contínua na vida adulta, para que esteja explicitamente centrada na aquisição de conhecimentos, habilidades, perspectivas e valores relacionados ao Desenvolvimento Sustentável. Essa melhora não depende apenas dos espaços físicos das instalações educacionais, a garantia de um acesso e permanência de alunos na educação básica acontece por meio da igualdade, do respeito com etnia, gênero, religião e vulnerabilidade.

Na visão crítica (Foucault 1975), o espaço educacional está entrelaçado com “poder” que se faz presente nas instituições de ensino impossibilitando a melhoria da educação e consequentemente a inclusão. Esse “poder” domina o indivíduo através do conhecimento, impossibilitando sua evolução cognitiva, podendo ser evidenciado de diversas maneiras, uma delas são as formas tradicionais de ensino que podem perpetuar a exclusão e sugere a necessidade de uma abordagem mais radical e transformadora para alcançar a verdadeira igualdade na educação. Para Foucault, as práticas educacionais tradicionais muitas vezes

servem para manter as relações de poder existentes, marginalizando grupos específicos ao definir o que é considerado "normal" ou "desviante". Destacando que a inclusão verdadeira requer uma transformação das práticas institucionais e das estruturas de poder que sustentam a exclusão. Essa perspectiva é relevante para a análise da inclusão de pessoas com deficiência no contexto da Agenda 2030, uma vez que questiona as práticas, sob a aparência de inclusão, continuam a reforçar a exclusão.

Foucault argumenta que o poder está intrinsecamente ligado ao conhecimento. Em suas obras, especialmente em "Vigiar e Punir" (1975) e "A Arqueologia do Saber" (1969), ele explora como as instituições sociais, incluindo as escolas, utilizam o conhecimento como uma forma de controle. Nas escolas, se manifesta através do currículo e da sua estrutura, como os professores são treinados e como os estudantes são avaliados. O conhecimento que é valorizado e ensinado nas escolas reflete e perpetua as relações de poder existentes na sociedade. "O poder não é uma instituição, nem uma estrutura, nem uma certa força da qual alguns seriam dotados: é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa em uma sociedade" (Foucault, 1975, p. 93).

Foucault (1975) descreve a escola como uma instituição disciplinar, similar a prisões, hospitais e quartéis, onde o poder é exercido através da disciplina. Ele destaca como a escola utiliza técnicas de vigilância, exames e regulamentos para controlar e moldar o comportamento dos alunos. Através de métodos como a organização do espaço (salas de aula, horários), a supervisão constante e o uso de testes e classificações, a escola treina os alunos a internalizar normas e comportamentos desejados pela sociedade.

A qualidade da educação é verdadeiramente atingida quando contribui para o desenvolvimento integral do ser humano, ocorrendo em um ambiente seguro onde as crianças podem aprimorar sua aprendizagem para conviver coletivamente em sociedade. Para a "Pedagogia Histórico-Crítica" (Saviani 2003), educação é o processo de gerar, de maneira direta e intencional, em cada indivíduo, a humanidade que é historicamente e coletivamente produzida pela sociedade como um todo. Na obra "Pedagogia do Oprimido", o educador Paulo Freire, apresenta a necessidade de uma educação que liberte e possibilite aos indivíduos a autossuficiência. Segundo (Freire 1970), a educação deve ser um ato de liberdade, proporcionando aos alunos as ferramentas essenciais para que possam pensar, questionar e transformar suas realidades de forma positiva.

Para que a implementação da meta 4.5 de uma educação de qualidade seja alcançada são enfrentados desafios significativos, dando destaque à superação do paradigma da "inclusão excludente, esse conceito refere-se a práticas educacionais que, embora aparentem promover a inclusão, acabam perpetuando a exclusão de alunos com deficiência (Mantoan, 2003). Em relação a literatura existente sobre a inclusão educacional no Brasil indica que a exclusão ainda existente continua sendo um obstáculo considerável para a concretização de uma educação efetivamente inclusiva e equitativa (Mazzotta, 2005). Nesse sentido, a inclusão educacional de pessoas com deficiência não se trata apenas de integrá-las ao sistema, mas de garantir que elas tenham acesso a uma educação que respeite suas singularidades, identidade, pluralidade e potencialidades, promovendo a verdadeira igualdade de oportunidades.

Baseado nas necessidades e desafios enfrentados para alcançar a meta 4.5 da ODS 4, este trabalho tem como objetivo investigar o panorama das publicações brasileiras sobre a inclusão de pessoas com deficiência dentro da respectiva de uma educação de qualidade, alinhando-se aos princípios e objetivos da Agenda 2030 da ONU. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) em plataformas acadêmicas como Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações, utilizando as palavras-chave: "Agenda 2030", "Educação Inclusiva", "Inclusão", "Deficiência" e "Desenvolvimento Sustentável" e critérios de inclusão e exclusão, cobrindo o período de 2015 a 2023. Os resultados desta revisão apontam para uma ausência de estudos aprofundados sobre o tema, especialmente aqueles que tratam diretamente dos objetivos da Agenda 2030.

Essa lacuna existente na literatura pode representar um entrave significativo para o alcance das metas proposta conforme delineado pela agenda internacional e estabelecidos na Agenda 2030. Sem uma base robusta de pesquisas que abordem efetivamente as questões de inclusão educacional para pessoas com deficiência dentro do contexto educacional, corre-se o risco de não se alcançar a igualdade de acesso à educação de qualidade até 2030, perpetuando assim as práticas de inclusão excludente (Santos et al., 2018).

Metodologia

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, foi conduzida uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), fundamentada em um protocolo adaptado conforme o Manual Cochrane

para Revisões Sistemáticas (Higgins; Thomas, 2023). Este protocolo adaptado envolveu a definição das etapas a serem seguidas na RSL, incluindo: formulação da questão de pesquisa, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, desenvolvimento de uma estratégia de busca, seleção criteriosa dos estudos, extração e síntese dos dados, e discussão dos resultados obtidos.

A questão central da revisão foi formulada da seguinte forma: “Quais são as contribuições das pesquisas sobre a Agenda 2030 com foco na educação inclusiva?”. Foram estabelecidos critérios de inclusão, contemplando artigos publicados no período de 2015 a 2023 que abordassem, simultaneamente, a Agenda 2030 da ONU e a inclusão de pessoas com deficiência. Por outro lado, os critérios de exclusão foram delineados para eliminar estudos que não envolvessem de maneira integral ou significativa as temáticas relacionadas à Agenda 2030 da ONU e à inclusão de pessoas com deficiência.

Na estratégia de pesquisa adotada, o banco de dados escolhido foi o Catálogo de Teses e Dissertações, o Portal de Periódicos da CAPES e o Google Acadêmico. Foram combinados os termos de pesquisa “Agenda 2030”, “Inclusão”, “Deficiência” e “Educação Inclusiva” para identificar os estudos relevantes. A extração de dados concentrou-se nos resultados e nas considerações finais de cada artigo selecionado. Esses dados foram sintetizados e discutidos no corpo deste artigo, a fim de proporcionar uma análise aprofundada e abrangente das contribuições das pesquisas sobre a Agenda 2030 com foco na educação inclusiva.

No Banco de Teses e Dissertações, foram identificados um total de 77 resultados, dos quais 5 trabalhos foram selecionados para análise. No Portal de Periódicos da CAPES, a busca resultou em 191 artigos, dos quais 10 foram incluídos no estudo. No Google Acadêmico, devido ao grande volume de resultados, foram selecionadas as 30 publicações mais relevantes em cada combinação de palavras-chave. Dessa forma, das 90 publicações inicialmente consideradas, foram selecionados 04 artigos para a análise final.

Resultados e Discussão

A revisão sistemática de literatura realizada nas plataformas Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações, teve como resultado a identificação de 358 artigos publicados entre 2015 e 2023. A busca utilizou as palavras-chave: "Agenda 2030", "Educação Inclusiva", "Inclusão", "Deficiência" e "Desenvolvimento

Sustentável". Os critérios de inclusão e exclusão foram rigorosamente aplicados para assegurar a relevância e a qualidade dos estudos analisados.

Os resultados obtidos indicam uma carência significativa de estudos aprofundados sobre a inclusão de pessoas com deficiência dentro da perspectiva da educação de qualidade no contexto educacional brasileiro, particularmente em concordância com os objetivos da Agenda 2030 da ONU. A maioria dos estudos identificados aborda a temática de forma superficial, sem um alinhamento claro com a meta 4.5, que visa assegurar a igualdade de acesso à educação de qualidade para todos, inclusive para pessoas com deficiência.

No decorrer das leituras foram observados os principais enfoques temáticos identificados nos estudos selecionados, onde os referentes aos Direitos Humanos, aparecem em grande quantitativo, tendo como temáticas principal a importância de políticas e legislações que garantam a igualdade de oportunidades para o processo de inclusão.

Outra área de destaque foi a inclusão no setor da saúde e gênero, com ênfase na acessibilidade aos serviços de saúde e na promoção de um atendimento inclusivo e equitativo e também voltado a inclusão e igualdade de gênero no âmbito social. Além do mais pode-se ser identificados estudos focados na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, explorando iniciativas de educação profissional e programas de capacitação destinados a melhorar a empregabilidade dessa população.

A análise realizada nas publicações brasileiras, sobre a inclusão de pessoas com deficiência no contexto da Agenda 2030 da ONU, revela uma abordagem fragmentada e superficial. Embora exista um reconhecimento significativo dos direitos humanos, das necessidades de saúde, igualdade de gênero e educação profissional, há uma lacuna evidente na integração desses aspectos com os objetivos mais amplos do desenvolvimento sustentável voltado diretamente para a meta 4.5 da ODS 4.

Esses temas apresentam grande relevância, mas sua abordagem isolada pode limitar a compreensão das interconexões necessárias com a finalidade de promover uma inclusão com eficácia para a população. A Agenda 2030 enfatiza a interdependência entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento, esse contexto requer uma abordagem holística. A superficialidade observada na maioria dos artigos sugere uma falta de

profundidade nas discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação atual e possivelmente nas gerações futuras.

Para promover uma inclusão escolar efetiva e alinhada com a Agenda 2030, futuras pesquisas devem adotar abordagens interdisciplinares que considerem a complexidade e desafios enfrentados por pessoas com deficiência. Além do mais, é essencial que os estudos se aprofundem nas análises, oferecendo visão prática e soluções inovadoras que possam ser implementadas em políticas públicas e práticas sociais.

Com a finalidade de alcançada a meta 4.5 da ODS 4 da Agenda 2030, é imperativo adotar abordagens mais integradas profundas, que reconheçam a interdependência entre os diversos aspectos da inclusão de pessoas com deficiência. Isso não apenas fortalecerá a inclusão de pessoas com deficiência, mas também contribuirá para um desenvolvimento mais justo e equitativo para todos.

Os resultados da RSL indicam uma urgência em ampliar a pesquisa sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, alinhada com os princípios da Agenda 2030. A superação das práticas de inclusão excludente requer uma compreensão aprofundada das dinâmicas de poder dentro do sistema educacional e a implementação de estratégias que promovam a verdadeira equidade e qualidade na educação. A teoria de Michel Foucault oferece um valioso estudo para analisar e criticar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão, destacando a necessidade de mudanças estruturais para alcançar a verdadeira inclusão.

Considerações finais

A ausência de literatura sobre a educação de qualidade que contemple em específico a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil revela uma necessidade urgente de transformações significativas tanto nas práticas educacionais quanto nas políticas públicas. A abordagem atual, que muitas vezes resulta em uma "inclusão excludente," não aborda adequadamente as necessidades e os desafios enfrentados por alunos com deficiência, eles são englobados em um grupo específico onde não são identificados como indivíduos único e plural com suas condições de desenvolvimentos e limitações.

Este fenômeno perpetua a marginalização e a exclusão, em vez de promover uma verdadeira inclusão de pessoas que tem seus direitos usurpados devido as segregações ocorridas dentro do espaço educacional. Para superar este paradigma e atingir as metas estabelecidas pela Agenda 2030 da ONU, é essencial que futuros estudos e políticas adotem uma abordagem crítica e minuciosa onde seja detalhada e investigadas as complexas questões de poder que permeiam o sistema educacional e dificultam sua evolução.

Uma das formas que podem ser utilizadas para viabilizar essas interferências no âmbito educacional é a teoria de Michel Foucault sobre poder e conhecimento, pois a mesma fornece uma perspectiva valiosa para entender como as relações de poder se manifestam e se perpetuam no ambiente educacional. Foucault argumenta que o poder não é apenas uma força coercitiva, mas algo que está presente em todas as relações sociais e se manifesta através do controle do conhecimento e da normatização dos comportamentos. No contexto educacional brasileiro, essas dinâmicas de poder podem ser observadas nas práticas pedagógicas, nos currículos e nas políticas que, muitas vezes, reforçam as desigualdades.

Para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo adequado em qualidade de ensino, é necessário revisar e reestruturar as práticas educacionais. Isso envolve uma mudança profunda nas estruturas institucionais que sustentam a exclusão. As escolas e outras instituições educacionais devem adotar abordagens pedagógicas que reconheçam e respeitem a diversidade dos alunos, oferecendo apoio personalizado atendendo às suas necessidades individuais, pois cada indivíduo é único com sua identidade plural que deve ser enxergada. Isso pode incluir a implementação de métodos de ensino diferenciados, a adaptação de materiais didáticos e a formação contínua de professores para lidar com a diversidade em sala de aula.

Por outro lado, as políticas públicas devem ser formuladas com base em uma compreensão crítica das dinâmicas de poder e de como elas influenciam a inclusão educacional. As políticas devem promover a equidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso requer um compromisso político e financeiro significativo, incluindo investimentos em infraestrutura, recursos humanos e materiais adequados para que ocorra as mudanças necessários e a ODS 4 seja colocada em prática.

Por término, ressaltamos que a compreensão aprofundada das dinâmicas de poder e com a implementação de estratégias educativas e políticas públicas eficazes, será possível dialogar sobre a igualdade de acesso à educação de qualidade, conforme proposto pela Agenda 2030 da ONU. Isso não apenas beneficiará as pessoas com deficiência, mas também

contribuirá para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os indivíduos possam desenvolver plenamente seu potencial e participar ativamente da vida comunitária e social.

Referências

A Carta da Terra. (2002). Arquivos/carta terra. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>

ARRUDA, Luiz. QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. **Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente**. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 36, n.3, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/211>

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e © RIGS revista interdisciplinar de gestão social v.5 n.3 set. / dez. 2016 121 Dissertações. Vol. 8. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF>

FREIRE, P. (1970). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**.

MANTOAN, M. T. E. (2003). **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna.

MAZZOTTA, M. J. S. (2005). **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez.

ONU. (2015). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/>

ONU. (2018). **Relatório de progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg4>

SANTOS, A. I., Lima, R. T., & Almeida, R. P. (2018). **Inclusão escolar: desafios e perspectivas no Brasil**. Educação e Pesquisa, 44(2), 1-19.

UNESCO (2005). **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005- 2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.